



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÉ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO IV - Nº 50 - 2ª Quinzena de maio de 1993 - Cr\$ 10.000,00

O desemprego é um flagelo capitalista de milhões de trabalhadores

Organizemos os comitês de luta rumo a um grande acampamento de desempregados.

O governo corrupto de Itamar esmaga a vida das massas com o salário mínimo de Cr\$ 3.303.600,00.

Por uma Campanha Nacional de Luta.

Preparar a Greve Geral por tempo indeterminado.



Governo Itamar apodrecido despedaça

Organizar o movimento revolucionário das massas

Nem bem o presidente Itamar lançou o Plano Econômico, estourou o escândalo de corrupção envolvendo o Ministro da Fazenda Eliseu Rezende. Este desengavetou

o projeto de empréstimo à poderosa construtora Odebrecht, para construir uma obra de irrigação no Peru. Configurou-se um claro favorecimento do Ministro à Odebrecht, uma vez que a dívida é de alto risco e o Peru já está inadimplente com o Brasil. O fato de Eliseu Rezende ter trabalhado para a construtora e ter um passado marcado por processo de corrupção denunciou seu papel de testa-de-ferro.

Um pouco antes do escândalo, caiu a ministra do Planejamento Yeda Crusius, que chegou ao ministério apadrinhada por Pedro Simon (PMDB) e pelo empresariado do Rio Grande do Sul. O confronto de Yeda com Eliseu em torno do Orçamento da União expôs o choque de interesses da burguesia regionalizada.

A onda de denúncias contra o Ministro da Fazenda é mais um episódio da divisão interburguesa diante da crise econômica. Acrescenta-se a isto o fato da Odebrecht ter expandido seus negócios para o setor petroquímico, através da privatização da Poliolefinas, Copesul e PPH. Através do controle acionário das ex-estatais, a Odebrecht praticamente monopolizou a matéria-prima e condicionou todos ramos industriais dependentes da petroquímica.

A burguesia do Rio Grande do Sul foi a primeira a se lançar contra Eliseu, aproveitando-se do projeto de irrigação do Peru e outras obras subsidiadas pelo Estado. Embora os assessores do Ministro expliquem que se trata de um movimento contrário à desestatização do ramo petroquímico, a verdade é que se trata da luta interburguesa pelo controle dos favores do Estado, que tem sido desde a ditadura militar "a galinha de ouro" da Odebrecht.

A divisão da Federação da Indústria de SP (Fiesp), quanto ao pedido de destituição do Ministro, mostra bem o choque de interesses. Os defensores de Eliseu argumentam que "o país não aguenta mais uma crise ministerial". O presidente da Fiesp encabeça, juntamente com Fleury, um movimento pela manutenção de Eliseu, porque vê no recém lançado Plano Econômico vantagens para o grande capital nacional e internacional.

No fundo da crise política, está a disputa pela distribuição do Orçamento Público. Porém, o problema é mais amplo, envolve a política geral do Estado. O escândalo de Collor-PC Farias trouxe à tona a guerra de influência em torno das licitações de obras, passando pelo Plano de desestatização, abertura de mercado e distribuição regional do restrito Orçamento da União.

Os Ministros de Itamar, Haddad e Krause, caíram sob o fogo cerrado das forças burguesas em disputa pelo manejo da política econômica, às quais respondem direta ou indiretamente os partidos burgueses. Eliseu Rezende chegou ao Ministério sem apoio consensual dos mais influentes partidos oficialistas (PMDB, PSDB, PDT, PDS), o que significou ausência de condições para estabelecer uma trégua no interior da burguesia.

A corrupção, mais uma vez, é o motivo utilizado na disputa interna ao Estado. A desagregação permanente do Ministério expõe a impotência da burguesia em resolver a crise econômica e contornar a crescente cisão em suas fileiras.

Esta impotência da classe dominante, carcomida pela corrupção e parasitismo social, se traduz em impasse da democracia burguesa. O Congresso Nacional e o governo recém saído do impeachment se mostram completamente contra-

postos às massas e, ao mesmo tempo, incapazes de tomar medidas de contenção do processo desagregador da economia.

É nesse quadro que despontam vozes favoráveis ao golpismo militar, que só não avança rapidamente devido à ausência de uma ampla base social. A reação, entretanto, trabalha nesse sentido, prevendo o risco da convulsão social e da desintegração do Estado burguês.

As forças organizadas do proletariado se acham contidas e canalizadas pela burocracia sindical reformista (PT/ PCdoB) e direitista (Força Sindical). Isto tem permitido que a burguesia descarregasse todo peso da crise (desemprego, carestia) sobre as massas e renegociasse a crise de poder a cada nova situação. Ocorre que a contenção da luta de classes tem limites, tendentes a se esgotarem.

A defesa das reivindicações dos trabalhadores e a organização de um amplo movimento anticapitalista e antiimperialista estão colocados frente à crise burguesa e à brutal miséria da maioria nacional oprimida. A greve da saúde evidencia a disposição de luta, que, combinada com ocupações de terra e outras manifestações contrárias à fome, pode se generalizar.

O problema está em o proletariado se colocar à frente da tendência grevista que amadurece contra a vontade da burocracia sindical e dos reformistas. A bandeira de organizar os movimentos e ganhar unidade nacional contra o governo antinacional e antipopular é o caminho que os explorados têm para estruturar uma alternativa revolucionária à crise capitalista.

A via da polarização eleitoral e da formação de uma frente popular de conteúdo burguês, apresentada pelo PT, joga a favor do aprofundamento da crise do Estado, mas não comparece como força das massas revolucionárias. Seu futuro é de prostração frente à reação golpista, embrionariamente colocada na situação.

A organização do movimento operário independente e revolucionário é a tarefa colocada. Para isso, é necessário combater abertamente o governo capitalista e seus auxiliares reformistas.

Nacional



A crise política continua

A manutenção de Eliseu, comprovadamente testa de ferro da Odebrecht, se deveu ao movimento encabeçado por governadores ligados a usineiros do nordeste, ao presidente da Flesp e, fundamentalmente, ao governador Fleury, que objetiva com tal gesto influenciar o centro do governo em função das eleições presidenciais de 1994.

O anúncio de renúncia de Erundina acabou por ser uma atitude teatral. A coligação política e ministerial de Roberto Freire (PPS), Walter Barelli, Pedro Simon, Antônio Brito (PMDB) e Luiza Erundina (PT) exigindo a nomeação de um superministro para o Ministério do Planejamento, no lugar de Yeda, foi a forma de manter o suposto governo de coalizão. Os repre-

sentantes do movimento impeachment de Collor acabam de sustentar a unidade de um governo claramente conivente com a continuidade da corrupção.

Com o argumento de que é necessário manter um pólo de esquerda no governo, os vendidos do ex-PCB (Freire) e do PT (Barelli e Erundina) cumprem um papel miserável. Temos uma caricatura exemplar da estratégia de um governo de coalizão da chamada esquerda com setores da burguesia.

Por mais esforços que façam para influenciar o governo Itamar, colocando-se na posição de esquerda burguesa, acabam por servir à direita fisiológica e corrompida. O objetivo de Erundina de liquidar com a estabilidade do funcionalismo e a colabora-

ção de Barelli com a política econômica pró-imperialista e antipopular de Eliseu Rezende os colocam como capachos.

Entretanto, por mais submissos que se mantenham, a crise ministerial avançará. A nota de Itamar exigindo que o grupo de esquerda "mostre sua face" para ser demitido e que se submeta à decisão de manter Eliseu Rezende reflete a situação de desagregação da coalizão, que não passa de colaboração dos capachos da esquerda burguesa.

Nacional

Desemprego é o mais alto em dez anos

O nível de emprego atingiu o nível mais baixo dos últimos dez anos. Com um índice de desempregados ao redor dos dez por cento da população economicamente ativa, calcula-se que nem mesmo com um crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) de 5% ao ano nos próximos oito anos será capaz de empregar todos os desempregados.

O índice de empregados com carteira assinada tem caído ano a ano, está em torno dos 10% e caindo, e a economia informal já ocupa um espaço estimado em 20% da força de trabalho.

Os patrões buscam evitar as despesas com as rescisões de contrato através da terceirização (contratação de empresas que fazem empreitada) ou do aumento das horas de trabalho dos funcionários com a utilização das horas extras, às quais estes se submetem devido aos salários miseráveis.

O aumento do desemprego é resultado do agravamento da crise capitalista e da imposição da política antinacional e antipopular dos governos

Collor e Itamar. As empresas adquirem cada vez mais capacidade produtiva devido ao uso de tecnologia mais avançada, informatização, etc., mas não podem aumentar a produção devido à recessão, ou seja, ao aumento cada vez maior da miséria.

Os próprios economistas capitalistas admitem a inviabilidade de acabar com o desemprego sob o capitalismo ao reconhecerem que nem se o Brasil pudesse crescer à margem da crise mundial a 5% ao ano não eliminaria a diferença entre aumento da população e o nível de emprego. A única maneira de acabar com o desemprego é dividir o trabalho existente entre todos, através da escala móvel de horas de trabalho.



**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A
DITADURA DO PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO
NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA
CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CE - CEP 60001-970

MAIS UMA VEZ O BRASIL SE CURVARÁ?

O ministro-chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos, almirante Mário César Flores, confirmou que as tropas de elite norte-americanas farão exercícios militares na Amazônia, fronteira da Guiana com o Brasil. Segundo a justificativa do almirante, o exército norte-americano pretende apenas treinar na Amazô-

nia para um possível uso no combate ao narcotráfico.

Eis a explicação mais obtusa para esconder a ofensiva do imperialismo sobre a América Latina. É com este mesmo argumento que os Estados Unidos ocupam regiões inteiras na Bolívia. E o mesmo se pretende fazer no Peru, Colômbia, Venezuela, etc.

A aceitação de movimento de tropas na Amazônia é mais

um passo de quebra da soberania nacional. A burguesia brasileira se mostra assim incapaz de defender sequer as fronteiras nacionais contra as pressões da estratégia do controle militar pelo imperialismo. Por mais pequena que seja a movimentação, constitui-se num passo indêbito da opressão imperialista.

Fora o exército norte-americano do solo brasileiro!

Não deixemos nos enganar

Defendamos os Tribunais Populares

Diariamente surgem denúncias de corrupção no governo, partidos políticos e instituições (LBA, Denocs, etc). A crise do Estado não mais permite que a burguesia esconda suas negociatas às costas da população e com as quais determinados grupos econômicos se enriquecem, enquanto 32 milhões de pessoas literalmente passam fome.

As denúncias ampla e detalhadamente publicadas têm sido arma da luta interburguesa. Serviram para pressionar o governo militar de Geisel e Figueiredo promover a "transição democrática". Quem não se lembra dos escândalos da Transamazônica, Delfim, Jari, Coroa-Brastel, etc? Agora, servem para mudar governo e ministros na semi-

democracia. E, certamente, serão utilizados pelos golpistas, que em 1964 compareceram como campeões da ética e honestidade. Neste momento, também estão servindo para a propaganda eleitoral.

O PT não desfraudou a bandeira pequeno-burguesa da ética no impeachment de Collor, sem contudo tocar na fonte de corrupção, que são as relações capitalistas de produção, os monopólios e o Estado burguês? E, agora, a imprensa não acusa a Direção Nacional petista, através de documento assinado por José Genóino, Valdir Ganzer, etc, de se utilizar de dinheiro do Sindicato Metalúrgico de Manaus para fins eleitorais? A mesma direção também é acusada de acobertar o deputado federal Ricardo Moraes, expulso pelo diretório de Manaus por atos criminosos.

São estas mesmas forças que se utilizam da democracia burguesa e das CPIs para ludibriarem as massas com a propaganda de moralização e reforma do poder político. Assim, procuram acobertar o fenômeno universal da corrupção, próprio do regime capitalista de exploração do trabalho e mercantilização.

Da mesma forma, escondeu que a política partidária, adap-

tada ao Estado e à democracia burguesa, só é viável mediante o tráfico de influência e submissão ao poder econômico. Erundina foi a prova mais vil de adaptação do governo democrático e popular às negociatas com empreiteiras, empresas de transportes, Schell, etc.

Os próprios sindicatos estão envolvidos numa rede mafiosa de corrupção e transações ilícitas, como financiamento de campanhas eleitorais, profissionalização de burocratas de esquerda e direita, etc.

Aos trabalhadores interessa demonstrar toda sujeira. Não para moralizar o capitalismo putrefato e sua classe burguesa fascínora, mas para progredir a luta pela revolução proletária. Um instrumento que as massas podem lançar são os Tribunais Populares, ou seja, organismos independentes dos trabalhadores em luta para julgar e combater a burguesia exploradora e corrupta. Para colocá-los na ordem do dia é necessário propagandear-lo entre os explorados, desenvolver as lutas e combater a burocracia sindical vendida.

Chega da farsa ética burguesa!

Pelos Tribunais Populares para pôr fim à burguesia e suas negociatas!

Nacional



Ministro Barelli decreta salário da miséria

O Ministro do Trabalho, Walter Barelli, decretou no 1º de Maio o salário mínimo de 3.303.272,55. Segundo o vendido ex-presidente do Dieese, órgão sindical que calcula as perdas salariais, este valor mortífero se deve ao fato do governo não poder pagar além disso aos 7 milhões de aposentados da Previdência.

Como bom demagogo a serviço da burguesia, refez a promessa de que no futuro haverá recuperação do salário mínimo. Diferentemente de quando era sindicalista e técnico do Dieese, enfatizou o velho argumento dos economista patronais de que a recuperação dos salários passa pela queda dos preços. Não é por acaso que o DIEESE não se empenha em denunciar o valor do salário mínimo e tenha se calado no Primeiro de Maio.

Enquanto isso, a fome aumenta porque a carestia cresce desenfreadamente, permanecendo os salários rebaixados e congelados por dois meses.

O salário mínimo rege a vida de milhões de brasileiros

Cerca de 20 milhões ganham até um salário mínimo. O salário de fome e o desemprego massivo são responsáveis pelos 32 milhões de brasileiros que vivem abaixo da pobreza absoluta. Considerando que a maioria assalariada ganha até três salários mínimos, vemos porque a população quase por inteiro é formada de pobres e miseráveis.

Quando o governo decreta um salário mínimo que sequer permite uma só pessoa viver decentemente, perpetua a fome e faz avançar a destruição física e moral de uma parte da classe trabalhadora, transformada em indigente e faminta.

A alta dos preços muito acima dos salários é própria do anárquico sistema capitalista de exploração do trabalho e acumulação de capital nas mãos da minoria burguesa. Se os trabalhadores esperarem os preços baixarem, continuarão a morrer de fome, enquanto o Ministro Barelli e toda corja do governo vivem do bom e do melhor.

A verdade do salário mínimo da desgraça

O salário mínimo tem caído progressivamente, desde 1945. Poucos foram os momentos de recuperação. Hoje vale cerca de um terço de

seu valor original. Quem ganha três salários mínimos não atinge um salário mínimo real, que está próximo de 20 milhões de cruzeiros.

A estatística de que 60% da força de trabalho ganham até três mínimos demonstra a brutal exploração capitalista. Não é por outra razão que os 10% mais ricos (os burgueses e alta pequena burguesia) ficam com 50% de tudo que é produzido no país. Uma grande concentração de riqueza só pode ter como contrapartida uma bárbara concentração da miséria.

Os argumentos do Ministro do Trabalho de que o governo não pode chegar sequer aos miseros 200 dólares (8 milhões, ao valor de 40 mil cruzeiros o dólar), quando no Paraguai é de 170 dólares, porque a Previdência não pode pagar a maioria aposentada, esconde a verdade. Ou seja, de que o governo é dos capitalistas e não pode afetar seus superlucros e interesses.

Os lacaios do poder econômico

Frente à manutenção da política salarial de fome, Lula, em discurso eleitoral (Feira de Santana, BA), choramingou: "Vai ser triste se o Barelli chegar ao final do governo com os trabalhadores ganhando menos de 200 dólares". Ora, Barelli foi colocado no governo Itamar por indicação de Lula.

Este governo é sustentado também pelo PT, que o apoiou inicialmente e que agora faz oposição demagógica. Mas os lamentos de Lula revelam uma outra coisa importante. Defende que o salário mínimo chegue até 200 dólares.

Isto significa que também se coloca por perpetuar a miséria e a superexploração, pois 200 dólares estão muito distante do salário mínimo necessário para a família trabalhadora.

É claro que, se for eleito presidente, fará o mesmo que Barelli, uma vez que não terá como implantar um governo que contrarie minimamente os interesses do poder econômico.

Na mesma linha de Lula, Vicentinho, presidente do Sindicato Metalúrgico de São Bernardo e o provável futuro presidente da CUT, defendeu no 1º de Maio a recuperação gradativa do salário mínimo.

Num país de miseráveis, com milhões de crianças, velhos, mulheres e homens não tendo o que comer, vestir e morar, defender a recuperação a conta-gota significa prote-

ger o lucro da burguesia as custas da barbárie social.

Mas a atitude burguesa de tais líderes sindicais frente à exploração e à fome é mais grave: sequer lutam pela "recuperação gradativa". O que têm feito é colaborar descaradamente com o governo e os capitalistas na contenção do movimento operário. São lacaios do poder econômico.

A resposta classista é: Campanha Nacional de Luta

Os trabalhadores vendem sua força de trabalho para os capitalistas. Estes as exploram ao máximo, a ponto de criar o flagelo da fome. Com a crise econômica, as massas padecem mais ainda, perdendo milhares de empregos. Não defender o salário mínimo de 20 milhões com reajustes automáticos de acordo com a inflação e emprego a todos é compactuar com a burguesia socialmente criminosa.

Não existe outro meio de enfrentar a barbárie capitalista senão através da luta de classes. É necessário ganhar as ruas, parar toda a produção, ocupar os locais de trabalho, organizar os comitês de greve nacional e enfrentar o governo. Sem medidas de combate, os capitalistas e seu Estado continuarão a esmagar os explorados sem piedade.

A organização de uma grande Campanha Nacional de Luta, baseada na convocação de assembleias e manifestações, é o meio disponível para unir as massas e criar as condições para uma greve

Nacional



geral por tempo indeterminado.

A burocracia sindical reformista da CUT e diretista da Força Sindical vêm bloqueando a organização de movimentos unitários. Este é o maior obstáculo para a Campanha Nacional de Luta.

O reinício das greves (médicos, servidores federais, estaduais, etc) e o recrudescimento das lutas populares e camponesas indicam a explosividade social. Trata-se de apoiar a Campanha Nacional nas necessidades dos explorados para avançar a luta ant imperialista e anticapitalista.

Nacional

Por um Plano Único de Luta

Organizar um grande movimento contra a exploração, a fome e o governo antinacional e antipopular.

- Por um salário mínimo imediato de 20 milhões de cruzeiros
- Reposição de todas as perdas salariais
- Reajuste automático de acordo com a inflação (escala móvel de reajustes)
- Fim imediato das demissões
- Redução da jornada de trabalho para que todos possam trabalhar (sem redução do salário)
- Não à terceirização
- Pela carteira de trabalho assinada para todos os trabalhadores e controle do Fundo de Garantia pelos sindicatos
- Terra aos camponeses pobres e fim dos latifúndios
- Moradia ao sem-teto, saúde e educação
- Fim das privatizações e reestatização da CSN, Usiminas, Portos, etc
- Não pagamento da dívida externa e rompimento com o imperialismo
- Em defesa da Soberania Nacional
- Fim do governo antinacional e antipopular de Itamar
- Responder à fome e à miséria preparando a GREVE GERAL POR TEMPO INDETERMINADO

O capitalismo mata as massas de fome, destruímos o capitalismo lutando por um Governo Operário e Camponês, que implante a ditadura de classe do proletariado contra a minoria bárbara e exploradora.

SEPARATISMO: Não à repressão governamental

Os militares, governo e partidos burgueses reconhecem que o movimento separatista do Rio Grande do Sul e Paraná é inexpressivo. Entretanto, vem causando grandes temores.

O jornal "Noticiário do Exército" dedica um editorial ao problema e ameaça com repressão. O Ministro da Justiça (PDT) determinou aplicar a Lei de Segurança Nacional (LSN), que prevê pena de 4 a 12 anos de prisão. Em Curitiba (PR), a Polícia Federal indiciou alguns líderes do movimento separatista "O Sul é o Meu País", que poderão ser julgados por um tribunal militar. Em Santa Cruz do Sul (RS), a polícia invadiu a casa de Irton Marx, do movimento "Pampa Gaúcho". A rádio Liberdade de Porto Alegre (RS) está ameaçada de perder sua concessão por divulgar o separatismo. O governador do Rio Grande do Sul, Alceu Colares (PDT) solicitou ao ministro Mauricio Correa que abra inquérito contra os defensores da "República do Pampa Gaúcho".

De fato o movimento liderado por Irton Marx é muito restrito, ou seja, não é incorporado por um poderoso setor da burguesia regional e pelas massas. Mas por que então o governo e partidos vêm tanta necessidade de reprimir? Justamente porque o separatismo embrionário está expressando a desintegração econômica, social e política do capitalismo semicolonial brasileiro.

A burguesia não pôde historicamente resolver a unidade nacional, ou seja, a integração econômica dos múltiplos estados numa federação equilibrada. Constantemente, a cada situação de agravamento da crise, ressurgem a discussão

dos desequilíbrios regionais, em que se destaca a concentração da produção avançada do Sudeste e atrasado do Nordeste. O Estado centralizador se assenta nesta economia desigual e combinada e reflete a contradição do atraso e avanço, que caracteriza o capitalismo semicolonial do Brasil, refratário da economia mundial dominada pelas potências imperialistas.

O temor do governo ao movimento separatista do Sul se fundamenta na inconsistente unidade nacional. Frente à crise social, poderá ganhar simpatia e mais adiante apoio das massas descontentes. O avanço do separatismo, ainda que minoritário, seria um componente explosivo da crise do Estado burguês, profundamente abalada pela quebra econômica imposta pelo capitalismo mundial decadente. Sem dúvida, o movimento separatista, ultra-restrito a uma camada pequeno burguesa, reflete uma questão nacional de grande importância. Não pelos pressupostos do movimento Pampa, que são obscuros e têm sido motivo de chacota para alguns parlamentares, mas sim por indicar a tarefa democrática burguesa não resolvida de unidade nacional.

É necessário se contrapor a qualquer repressão aos separatistas, o que significa reconhecer o direito de separação se as massas decidirem livremente. Certamente, este não é o caminho da real solução da crise econômica estrutural capitalista. A unidade nacional sólida virá com a revolução proletária, que também imporá ao imperialismo a independência nacional.



O QUE QUEREM OS MILITARES?

O manifesto do tenente-brigadeiro Ivan Frota, comandante-geral da Força Aérea, denunciando o sucateamento do exército, expôs a crise latente nos meios militares. No mesmo sentido foi publicada a carta do presidente do Clube Militar, general Nilton Cerqueira, denunciando as altas gratificações dos senadores e os baixos salários dos militares. O fato do comando da sexta Região Militar de Salvador (BA) não interferir numa reunião prevista de militares da reserva é sintomático.

É neste quadro que o governo Itamar se reúne com o Alto Comando para avaliar a situação. Se de um lado existe o descontentamento com os baixos soldos e desaparecimento das Forças Armadas, de outro os militares procuram se colocar na situação de crise do regime político. Frente ao fracasso da pseudo democracia burguesa para solucionar a quebra econômica do país e

diante das tendências de aguçamento da luta de classes, os militares pretendem retomar sua posição histórica de tutela dos governos. Isto se evidencia na reivindicação dos ministros militares de que devem ter maior participação no governo.

Há setores direitistas da burguesia que se movem no sentido golpista, ainda que seja mais para exercer pressão e preparar o terreno futuro da reação. Para colocar limites na ofensiva da campanha presidencial, em cuja testa se encontra o PT de Lula, argumenta-se que é necessário dar estabilidade ao governo Itamar em frangalhos, fustigado pelas denúncias de corrupção, numa espécie de trégua. Este é o sentido da observação de Fleury de que é perigoso nem haver eleições. Como vemos no fundo da crise e das manobras, está a disputa pelo poder do Estado.

Os militares como criatura da classe burguesa são utilizados

para criar temor e estes se despontam como força tutelar na situação de bancarrota do governo Itamar. Certamente, os reformistas acatarão o recado e se recolherão na sua covardia.

Para se enfrentar as ameaças golpistas só tem uma via, a da organização dos movimentos. Para isso não há que rebaixar as reivindicações dos trabalhadores e nem barrar as tendências grevistas que começam a se impor na situação. A organização da luta direta pelas reivindicações das massas é a via para se defender da crise econômica e também para responder às manobras da direita reacionária.

Nacional

Lula faz campanha com miséria nordestina

A caravana de Lula pelo Nordeste mostra que o PT já começou a campanha eleitoral de 94. A viagem do caudilho utilizou da fome e miséria nordestinas para fazer demagogia eleitoral. Durante a caravana, Lula atacou o governo, integrado pelo PT, distribuiu pães imitando Jesus Cristo, ligou a bandeira do PT à religiosidade popular (estrela de Belém e vermelho do sangue de Cristo). Em cada cidade, os comícios dos políticos locais precediam os discursos de Lula.

Da mesma forma que os políticos burgueses tradicionais, Lula percorreu uma série de promessas para o caso de ganhar as eleições: que acabará com a fome, que fará a reforma agrária, etc.

Engana os trabalhadores, em troca de votos. É a tal de "lei de mercado na política".

Os assalariados não devem se iludir com esse tipo de político que se apresenta como solução dos problemas. As eleições só levarão ao poder elementos comprometidos com o poder econômico, que nunca vão se colocar realmente contra a exploração. A maneira de lutar contra a fome é a da ação direta, as greves, ocupações, etc.



13 de maio: LIBERTAÇÃO DOS ESCRAVOS ?

O capitalismo mantém os negros escravos como operários. A discriminação social e racial permanece. Pela libertação real dos explorados negros, brancos, índios, amarelos, vermelhos: unir os assalariados para pôr abaixo a dominação da burguesia que mantém a escravidão no mundo.



Comitê dos desempregados de Diadema

A tarefa fundamental do comitê é a campanha por aglutinar os desempregados nos bairros operários. A demissão, além de retirar o operário da produção contribui para desorganizá-lo, pois sem dinheiro para o transporte e comida fica na dependência dos familiares e vizinhos. Com isso, muitos abandonam a luta da classe. Nesse sentido, esse comitê aprovou a visita aos bairros na tentativa de recompor a disposição de combate de milhares de desempregados.

O objetivo dessa aglutinação é a realização de um grande acampamento de desempregados, exigindo emprego imediato a todos e salário mínimo real. Por isso, tem feito um chamado às direções sindicais não corrompidas para engrossar o movimento. A unidade dos trabalhadores empregados com os demitidos é a forma de se obter vitórias, pois a paralisação da produção é a arma mais poderosa da classe.

A classe operária é uma só, quem a divide em empregados e desempregados é o próprio regime de exploração do trabalho. Para isso, conta com a burocracia sindical que se nega a organizar um amplo movimento contra a demissão massiva no país.

Chamamos a luta unitária pela vida dos operários! Participemos da campanha pela aglutinação de todos os desempregados! Organizemos um grande acampamento! Formemos em todos as regiões os comitês dos desempregados!

Comitê contra a opressão social e política

Continua em pé a campanha pela libertação dos camponeses presos no conflito de terra da Fazenda Santana (Paraná). Para que a mesma ganhe força, é necessário que a CUT e os sindicatos se empenhem nessa luta. Não podemos permitir que a campanha se limite a discursos e telegramas. É preciso organizar imediatamente um grande movimento em defesa da vida dos companheiros.

A prisão dos combatentes reforça o poder de repressão do Estado. A liberdade dos camponeses significa a defesa das ocupações de terra contra os latifundiários e seu governo.

Terra aos camponeses pobres!
Liberdade imediata!

Mais um assassinato impune

Arnaldo Delcídio Ferreira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Eldorado-Pará, foi morto a mando da UDR e dos latifundiários. Delcídio era jurado de morte desde 1985.

A morte das lideranças camponesas e as ameaças fazem parte da estratégia da classe dominante de combater a fundo os conflitos de terra. Utiliza-se de todos os meios para manter a concentração da terra nas mãos dos grandes latifundiários. Organiza-se na UDR, contam com o apoio da polícia, dos partidos burgueses e do governo.

O camponeses necessitam de seus organismos para se defenderem. Por isso, devem preparar os comitês de auto-defesa. A vida da classe dependerá de sua própria organização. Da mesma forma, a luta pela conquista da terra também implicará no combate árduo às organizações próprias dos latifundiários.

Defendamos a vida de nossos companheiros!
Construamos os comitês de auto-defesa!

Nordeste: População passa fome e o prefeito esconde o feijão

O município de São Raimundo Nonato, interior do Piauí, é mais uma cidade assolada pela fome e seca. Há um mês foi decretado estado de calamidade pública. A população foge da roça e perambula pela cidade a procura de comida e trabalho.

Pressionado pelas denúncias da crescente miséria dessa região, o governo federal liberou 31 toneladas de feijão, que chegaram ao local no dia 18 de abril. Porém, o prefeito Gaspar Ferreira (PFL) escondeu-o.

Ferreira é o maior atacadista de cereais da região. Por isso, a população diz que escondeu o feijão para desovar o seu. A

verdade é que não distribuiu um só grão e o mantém a sete chaves. Justifica aos famintos que é melhor guardar e comê-lo em agosto.

O controle do estoque não pode permanecer nas mãos dos cerealistas e políticos. Enquanto estiver sob sua tutela a população continuará passando fome. Que se abra imediatamente os armazéns e distribua o produto. Combatamos energeticamente a corrupção da indústria da seca. Exijamos do governo trabalho a todos, salário mínimo real e alimentos para que a população não seja dizimada pela fome.

Denúncia



Transportes: que o sindicato lute fundo contra a privatização da CMTC

Na assembléia do sindicato dos condutores dia 14 de maio, os trabalhadores rejeitaram a proposta do prefeito Maluf. Ficou provado que este não tem nada a oferecer, ao contrário, elimina os benefícios até agora conquistados.

A categoria deliberou um prazo até o dia 19 para que Maluf atenda as reivindicações. Caso permaneça irreductível, o caminho é a paralisação total do transporte coletivo. Também aprovou a luta contra a privatização, que significará mais desemprego e piores condições de trabalho.

O prefeito Maluf está afoito para cumprir uma exi-

gência dos credores internacionais, isto é, privatizar o transporte coletivo. Por isso, a luta contra a privatização não é particular dos condutores. Faz parte do combate de toda classe operária contra a venda das estatais e a eliminação cada vez maior de nossa soberania nacional.

Chamamos a população a defender a CMTC contra o entreguismo do prefeito. Participemos das atividades contra a privatização da CMTC e em defesa das reivindicações da classe.

Têxteis: Lutar contra as demissões

Há três anos a Santista Têxtil começou a demitir os operários de suas fábricas do Belém e Tatuapé. O motivo das demissões foi a modernização. A São Paulo Alpargatas e Santista foram uma das primeiras a trocar os velhos teares pelos a jato. A Santista, através de um empréstimo do BIRD, renovou suas máquinas e construiu uma empresa no Nordeste. Para isso, demitiu em massas os operários das duas mais antigas fábricas em São Paulo.

Os patrões se organizam para competir no mercado. Hoje, juntamente com a Vicunha, a SP Alpargatas e Sudamtex detêm 70% do mercado de indigo, estimado em 250 milhões de metros quadrados por ano. Essa modernização concentradora de capital e mercado custou muito caro à classe operária, pois causaram 8 mil demissões e elevaram o preço monopolizado das mercadorias têxteis.

O imperialismo, que controla o mercado mundial, impõe o sucateamento da maioria das indústrias internas nos países semicoloniais. Obriga a concentração do capital e

a eliminação das pequenas empresas. Por isso, os grandes capitalistas brasileiros usam da modernização para demitir os operários, eliminar os pequenos empresários e concentrar mais riquezas. Na fase de decomposição do capitalismo, a resposta da burguesia só pode ser esta.

Portanto, os patrões têm descarregado a crise do regime de exploração do trabalho sobre a classe operária. Esta necessita de uma ação para enfrentar as demissões, o fechamento das fábricas e os baixos salários. A direção do sindicato (Força Sindical) é vendida, não serve para organizar a luta. É necessário a formação das frações revolucionárias no interior das fábricas para poder preparar a classe para o enfrentamento com o patronato. A defesa do controle operário da produção, das ocupações de fábrica e do salário real passa pela construção dessas frações revolucionárias, capazes de elevar a consciência do conjunto da classe e impulsionar o combate aos empresários e a burocracia pelega do sindic-

A força da greve da Saúde

A greve dos funcionários da Saúde passou dos 20 dias e continua. A imprensa foi mobilizada para jogar a população contra o movimento, mas não teve êxito. Tentou-se dividir e isolar o movimento, contando para isso com a colaboração de burocratas sindicais que impedem a luta unitária do funcionalismo. A repressão também não foi capaz de fazer retroceder o movimento.

A combatividade da greve e o apoio da população se explica pelas condições insustentáveis em que se encontra o sistema de saúde público, atacado pela falta de verbas e pela ameaça de privatização. Segundo o sindicato da categoria, 41,42% dos leitos de São Paulo (2557) estão desocupados, mas em alguns hospitais públicos o índice vai de 57 a 88%. O piso salarial de um médico está em

torno de 7 milhões de cruzeiros. O déficit de médicos nos hospitais ultrapassa os 50%, o que leva o atendimento a ser quase impraticável. Faltam 41% de auxiliares de enfermagem e 73% de enfermeiros. O apoio da população se explica pelo fato de que conhece a situação paupérrima dos assalariados e já quase não conta com atendimento. A greve da Saúde se coloca na defesa de condições mínimas de sobrevivência.

Essa é uma questão da qual os operários não podem se esquecer. Trata-se da defesa de suas condições de vida. O apoio aos grevistas da Saúde é essencial para barrar a política privatista e destruidora dos serviços públicos de Fleury.

Estão colocadas a unidade entre o funcionalismo e com o movimento operário.



**É preciso unificar a luta do
funcionalismo**

**PROFESSORES
MUNICIPAIS**

É necessário deflagrar a greve dos professores

A assembleia estadual de 14 de maio já deu provas de que a classe está disposta a ir à luta contra os baixos salários e a pauperização da escola pública. O protesto de 48 horas conseguiu paralisar mais de 70% do professorado. Foi a maior assembleia de campanha salarial do ano de 1993. Não foi por acaso que imediatamente Fleury respondeu com os 80% parcelados, pois o professorado ameaçava entrar em greve junto com o funcionalismo.

A proposta do governo está muito aquém das reais necessidades, pois significa 27,89% em maio e 40,75% em junho (embutidas as referências). O que quer dizer: um reajuste abaixo da inflação, calculada nesse mês acima de 30%. Significa, também, manter o piso salarial em torno de 1,16 salário mínimo. As perdas somam 205% do período Quercia e Fleury. Trata-se, portanto, de uma migalha.

Diante da proposta de Fleury, a diretoria da Apeoesp (Articulação) manipulou a assembleia, defendendo a suspensão da paralisação e a volta às escolas para ouvir as opiniões de toda a categoria. Numa clara manipulação da assembleia, marcou a data de uma nova para avaliar a proposta governamental. Impediu que a proposta fosse discutida e votada naquela oportunidade para não ter que se chocar com a assembleia, caso fosse decretada a greve. Dessa forma aposta no esvaziamento do movimento.

É preciso rechaçar essa proposta e decretar a greve para unificar e fortalecer a luta do funcionalismo. Uma grande greve de todo o funcionalismo poderá encerrar o governo, obter vitórias e barrar a política privatista. Fleury teme essa unidade e, por isso, concedeu os 80% parcelados aos professores, quando a saúde já o tinha rejeitado. A defesa da unidade e da luta conjunta implicará num amplo movimento capaz de impor derrota à política de fome imposta ao funcionalismo.

Chamamos os companheiros professores a paralisar as atividades na quinta-feira e participar ativamente da assembleia. Conclamamos a votar o repúdio à proposta de Fleury e a defender a deflagração da greve. Saíamos em greve em defesa da vida da escola pública, das nossas reivindicações salariais, como o piso salarial de acordo com o Dieese (hoje em torno de 20 milhões de cruzeiros), reposição das perdas salariais, reajustes automáticos, etc. e em defesa de todos os serviços públicos.

A situação de miséria das escolas municipais da cidade de São Paulo vem sendo cada vez mais gritante. Hoje, faltam professores, funcionários e os salários estão sendo arrocados. Para os trabalhadores do ensino, não resta outra alternativa senão o abandono ou a diminuição das horas de trabalho, em busca de outro emprego.

Este quadro não é particular da educação. Faz parte da decomposição geral do sistema capitalista que vivemos, que para sobreviver retira as conquistas dos trabalhadores, como a estabilidade, privatiza os serviços públicos e impõe o mais brutal arrocho salarial. A privatização do ensino municipal segue o caminho do sucateamento das escolas e, em alguns casos, da introdução dos cursos profissionalizantes de baixa qualidade, conveniados com as empresas. Em nome da modernização, da proposta do "Projeto 3. Milênio", etc, o governo busca tirar a responsabilidade da prefeitura na sustentação financeira do ensino municipal.

Maluf encarna a política neoliberal, ou seja, reduz as verbas para o ensino. Utiliza o argumento da necessidade de informatizar toda a rede, com o objetivo de repassá-la às empresas. Portanto, está a serviço do grande capital e do imperialismo.

A diretoria do Sinpeem (PCdoB) não tem sido capaz de levar uma política de enfrentamento com o malufismo. A paralisação do dia 6 de maio, que contou com 65% das escolas, se resumiu a um protesto. Nada se deliberou porque não se tratava de uma assembleia. Perdeu-se um momento precioso da luta, data base da classe e ascenso das greves do funcionalismo estadual. Ao invés de unificar o movimento dos municipais com o funcionalismo, defendeu a continuidade das negociações com o secretário e o prefeito, que já tinham dito que não havia nada a oferecer além dos 7,9%.

Os professores deverão se opor à essa política da direção, organizando a Corrente Proletária da Educação no interior da classe, para lutar conseqüentemente pelas reivindicações. A unidade com o funcionalismo estadual é um passo importante no combate à privatização dos serviços sociais (saúde e educação) e na busca de vitórias contra o brutal arrocho salarial.

Educação



Eleição da Apeoesp:

Vote na Oposição, contra a burocracia traidora

No dia 28 de maio realizarão as eleições para a diretoria da Apeoesp e o Conselho de Representantes. A atual direção, Corrente Articulação, concorrerá com a chapa 1, tendo como aliada o PCdoB. A chapa 2 é uma frente de várias correntes: Convergência Socialista, Luta de Classes, Coletivo dos Trabalhadores, militantes independentes e a T.POR.

Qual o programa da chapa oficialista?

A chapa 1 é o continuismo de mais de doze anos na direção do sindicato. Representa a política de conciliação de classe traçada pelo PT. Não é por acaso que defende o traidor acordo das Montadoras, que substitui a luta direta dos trabalhadores pelas negociações no Parlamento e se empenha nos pactos com o empresariado (Fiesp, Ciesp, PNBE, etc) em nome da escola pública. Portanto, nega o sindicato como instrumento da luta de classe entre governo e assalariados.

A burocratização da Apeoesp tem impossibilitado a democracia sindical, ou seja, a soberania das assembleias gerais, o direito de divergências e manifestações e o controle direto das bases sobre a direção. A burocratização da Apeoesp impossibilita a sua independência frente ao Estado e à burguesia. Por isso, utilizam o sindicato como aparelho eleitoral ou trampolim para a vida parlamentar.

A chapa 1 se coloca pela sustentação do governo Itamar, o que significa apoio à política neoliberal. Trata-se da defesa do governo antinacional e antipopular, na medida em que este concretiza a privatiza-

ção das estatais, arrocha os salários, reduz as verbas para os serviços sociais (educação e saúde) e impõe o mais brutal desemprego.

Em relação à educação, são defensores da LDB (privatista), das reformas no projeto de Escola-Padrão e da existência do ensino mercantilizado. O que quer dizer, negação da luta conseqüente pela escola pública e gratuita.

Como se vê, esse programa é fruto do reformismo petista, que impõe às suas direções sindicais o colaboracionismo de classe e a negação da ação direta dos trabalhadores. As greves, para os burocratas sindicais, passaram a ser um obstáculo nas suas infundáveis negociações com o governo.

Por que votar na oposição?

O programa aprovado na Convenção do movimento de oposição expressa a luta contra a burocratização da Apeoesp e a defesa da democracia sindical. Diz: "A burocracia sindical se caracteriza pela divisão dos próprios trabalhadores da educação e por separá-los do movimento geral dos explorados. É papel da burocracia limitar o movimento ao economicismo, a ponto de negar a própria luta pelas reivindicações elementares, como o salário mínimo real". Por isso, um direção classista rompe com a fragmentação da classe e vincula as reivindicações vitais à luta contra o regime de exploração.

Quanto à democracia sindical, defende a soberania das assembleias gerais, mostrando que foram extremamente burocratizadas e, por isso, são antidemocráticas. Defende a revogabilidade do mandato, ou seja, a destituição pela classe

dos dirigentes que se colocam no campo oposto ao dos trabalhadores. Aponta a proporcionalidade em todas as instâncias do sindicato e elimina a hierarquia dos cargos com a criação de uma direção colegiada.

A chapa 2 saiu na defesa do fim da rede privada de ensino e da luta conseqüente pela escola pública, gratuita, autônoma. Por isso, se colocou contra todos os projetos educacionais privatistas, como a LDB e a Escola-Padrão.

Por fim, se colocou contra o neoliberalismo encarnado pelo governo Itamar. Deliberou-se pela oposição a esse governo, através dos métodos próprios dos trabalhadores.

Pelo fato de defender os princípios elementares da democracia operária, a luta contra a burocratização, a independência frente ao Estado, contra a privatização - o neoliberalismo e empunhar os métodos genuínos dos trabalhadores é que participamos dessa frente e chamamos os professores a defendê-la.

Educação



Miraldo continuará sempre presente

O companheiro Miraldo Barbosa Ferreira era um operário mecânico que trabalhava na ETCD. Como tantos outros, veio também do campo para a cidade sem nenhum estudo à procura do trabalho. Porém, tinha a firme convicção da necessidade de pôr fim ao regime de exploração do trabalho. Foi um disciplinado militante porista.

Participou da última assembleia da classe e saiu criticando a direção do sindicato que não defendeu o plano de

lutas. Colocou que era necessário modificar a assembleia do dia 16/5 e aprovar imediatamente a campanha de luta.

Infelizmente, Miraldo não pôde defender sua proposta. Morreu no dia 3/6 de ataque cardíaco. Outros companheiros deverão seguir o combate. Miraldo será parte da grande luta pelo fim da exploração, pela destruição do regime capitalista, pela construção do Partido Operário Revolucionário e pela instauração do socialismo.

GREVE GERAL DOS ESTUDANTES

Vitória ou Derrota?

O movimento não conseguiu conter o aumento das mensalidades, nem que o congresso aprovasse qualquer lei nesse sentido. E por quê?

Educação

A causa principal e que a direção da UNE, controlada pelo PCdoB e pelo MR-8, deu à greve um caráter de pressão parlamentar para aprovação de legislação que limitasse os aumentos das mensalidades, de defesa da LDB e contra a aprovação da Lei das Patentes. Os parlamentares nem se importaram com a manifestação estudantil, não votaram nenhuma lei de controle sobre as mensalidades e aprovaram a LDB e a Lei das Patentes.

Se depender apenas dos parlamentares corruptos e comprometidos com o poder econômico, os estudantes não conseguirão o atendimento às suas reivindicações.

É preciso que o movimento avance e leve a luta para dentro das escolas. Somente através da ação direta os estudantes poderão bloquear o aumento da exploração. As armas são o boicote, as manifestações, as greves.

As passeatas e a greve de um dia mostram-se instrumentos de pressão limitada. É necessário organizar uma greve por tempo indeterminado, capaz de dobrar o governo e os tubarões do ensino. A unidade com os assalariados submetidos à miséria e à fome pelo governo entreguista é fundamental.

A greve geral dos estudantes do último dia 4 de maio paralisou a maioria das escolas do país e levou centenas de milhares de estudantes às ruas, para protestarem contra o aumento abusivo das mensalidades e defenderem o ensino público sob ameaça de privatização. A direção da UNE estima que 20 milhões aderiram ao movimento, conformando a maior paralisação coletiva do país. Apesar do exagero nessa avaliação, não se pode negar a adesão massiva à greve. Atos e passetas por todo o país mostraram a disposição de luta dos estudantes. Mas os acontecimentos que ganharam maior importância nas passeatas foram os confrontos em várias cidades, principalmente São Paulo, Rio e Fortaleza, entre dirigentes da UNE e estudantes opositores.

Repressão aos opositoristas mostra compromisso da burocracia com o governo

Em São Paulo, os incidentes começaram quando militantes do MR-8 tentaram rasgar as faixas de oposição a Itamar e à diretoria da UNE, dos estudantes da Educação e da ECA (Comunicações e Artes) da USP. A faixa da ECA, de **oposição à diretoria da UNE**, assim como as de **"defesa do ensino público e gratuito, fim do ensino privado"** e **"contra os aumentos nas particulares, congelamento das mensalidades"**, foram deliberadas em assembléia da escola, por unanimidade e em contraposição às propostas dos diretores da UNE Mauro Bianco e Fauze Chelala, presentes à reunião. Também foi aprovado um manifesto que seria distribuído na passeata, explicando a posição dos alunos da escola em greve, de defesa da unidade do movimento entre alunos das públicas e das particulares, mas mostrando a necessidade de mudar a direção da UNE para que o movimento avançasse. A faixa de oposição, particularmente, acabou expressando a vontade de alunos de outras escolas da USP e de outras faculdades (PUC, OSEC, etc), que a colocaram sobre o caminhão de som do MUDE (Movimento UNE Democrática), único na passeata onde podiam falar os que não fossem da diretoria da UNE, expulsos sob agressões do caminhão de som oficial.

Partindo dos militantes do MR-8, que tentaram colocar a oposição para fora da passeta na base da pancadaria, as agressões se segui-

ram durante toda a mobilização. Foi preciso formar um cordão de isolamento e defesa no carro de som opositor para que pudesse prosseguir, assim mesmo com muita dificuldade.

O confronto expressou a oposição entre uma direção burocrática, aparelhista da entidade, comprometida com o apoio aos governos federal e estadual que estão destruindo a educação, totalmente desvinculada dos estudantes e totalitária, e os estudantes que precisam defender o ensino público, sob ataque dos governos, e se contrapor aos exploradores do ensino e para isso precisam que sua entidade expresse sua vontade, o que não acontece.

Se é necessário mudar a direção da UNE, não existe perspectiva de mudança real com a oposição petista. O PT também está comprometido com o governo Itamar, aparelha e burocratiza as entidades que dirige. Uma oposição que de fato expresse as necessidades dos estudantes tem que partir de uma clara caracterização da atual direção da UNE e de uma delimitação com o PT. Para isso, precisa se apoiar em um programa que aponte para o enfrentamento contra os governos Itamar e estaduais, independência política e econômica dos partidos burgueses, democracia nas entidades, soberania real dos alunos sobre as entidades através das assembléias, congressos, etc., unidade na luta pelo ensino público e gratuito para todos (fim do ensino privado, estatização), unidade com os movimentos operário, popular e camponês. A manifestação opositora dos estudantes é um elemento



progressivo, que aponta no sentido da construção de uma nova direção para o movimento estudantil. Falta-lhe expressar politicamente aquilo que os estudantes instintivamente defenderam nas passeatas. Para isso, é fundamental a intervenção da vanguarda revolucionária, que deve traduzir a vontade instintiva em consciência política (de classe).

CS ataca agredidos

Em seu "Manifesto de Emergência", a Convergência Socialista repudia a divisão do movimento do dia 4 causada pelos ataques da oposição à direção da UNE. Co-responsabiliza os estudantes opositores pelo não atendimento das reivindicações. E pede para que a próxima manifestação conte com a presença de Lula, o que uniria os estudantes e os trabalhadores.

Já não bastasse a CS não querer responder às agressões do MR-8 e manter seus militantes longe da briga, ainda vem responsabilizar os agredidos pela divisão do movimento e por não se obter conquistas. Quem dividiu de fato o movimento foi o MR-8, que queria expulsar a oposição que exercia um direito democrático de se manifestar.

E, como se não bastasse, ainda vem propor que a luta estudantil se transforme numa manifestação de apoio eleitoral a Lula. Alguém acredita que isso reduziria as mensalidades ou defenderia o ensino público e gratuito?

Polícia, fora do movimento!

Depois da troca de agressões, um diretor da UNE registrou ocorrência contra um estudante da ECA. Uma diretora do DCE/USP registrou ocorrência contra um diretor da UNE. Trata-se de atitudes totalmente equivocadas, pois chamam a polícia, órgão de repressão do Estado burguês (nunca elemento neutro no confronto) a interferir no movimento que é dos estudantes. Quem deve punir os burocratas corruptos (tanto o agressor da diretora do DCE quanto o canalha da UNE que ainda registrou queixa contra o aluno da ECA) são os estudantes, através de suas organizações (assembléias, congressos, etc). Só eles podem julgar e punir os agressores. Se deixamos nas mãos da polícia e da justiça burguesa, o que vai ocorrer é que os que estiverem do lado da burguesia serão inocentados e os que se opõem serão perseguidos, e abre-se uma brecha para a intervenção policial no movimento.

FRENTE REVOLUCIONÁRIA

Em reunião da coordenação da Frente Revolucionária, se chegou à conclusão da necessidade de concentrar a militância em lutas concretas. Sem esta orientação a Frente não poderá cumprir seu objetivo de unir os revolucionários no campo da luta de classes e responder às necessidades dos explorados. Desta forma, se determinou alguns eixos de luta para a situação: 1) Defender junto aos sindicatos e movimentos a campanha nacional de luta pelas reivindicações básicas, contra a desestatização e pelo fim do governo antinacional e antipopular de Itamar; 2) Organizar o movimento dos desempregados; 3) Fazer a campanha contra a privatização da CMTC e 4) Trabalhar na campanha da chapa de oposição à diretoria da Apeoesp.

Destacou a importância fundamental da luta contra o desemprego, o que significa impulsionar o comitê embrionário de desempregados de

Diadema, retomar o movimento da Zona Sul, Oeste e Osasco e iniciar a luta em outras partes do país. A meta é preparar as condições para montar um grande acampamento de desempregados, que sirva de instrumento de denúncia da situação de desemprego e meio de mobilização de empregados e desempregados contra a burguesia.

O trabalho de massa, disciplinado, orgânico e unitário é fundamental para se pôr em pé uma política de independência e luta de classes contraposta ao colaboracionismo da burocracia sindical reformista e direitista.

Organização da Frente

Aprovou-se que até o dia 6 de junho deverão ser realizadas as plenárias regionais, onde se discutirá a intervenção nos movimentos, se determinará as tarefas políticas e práticas e se estabelecerá os comitês de base. A Frente carece de organização frentista nos comitês. Ainda não ultrapassou a somatória de correntes. Isto é uma barreira para o trabalho político centralizado e unitário, o que prejudica o próprio amadurecimento das questões políticas (partido, programa, etc), colocadas no Encontro Nacional.

A reunião da Coordenação, realizada no dia 15 de maio, marcou também para o final de julho a Plenária Nacional, em que se fará um balanço de atividades e se procurará avançar nas formulações políticas. Para que possa atingir esses objetivos é necessário uma ação vigorosa

no cumprimento das tarefas e na organização dos comitês de base. O próprio jornal que a Frente lançará dependerá da militância organizada.

O fato de se eleger uma executiva da Coordenação nacional, que se reunirá a cada 15 dias, no intervalo mensal da reunião da Coordenação Nacional, é uma tentativa de dar centralização mínima para as atividades. É necessário cumprir com rigor as deliberações e superar o empirismo até agora predominante.

Frente Revolucionária



O QUE ACONTECEU COM O PRIMEIRO DE MAIO?

Numa situação de profunda crise e necessidade de luta, o Primeiro de Maio esteve completamente esvaziado. Na Pça. da Sé, se constituiu num ato restrito das correntes de esquerda. Em São Bernardo, os metalúrgicos não estiveram presentes. No restante do país, não foi diferente.

Assistimos ano a ano a queda de mobilização para o Primeiro de Maio. Bem diferente do Primeiro de Maio de 1980, em que uma multidão de operários e populares se manifestaram contra a ditadura militar ainda vigente e defenderam a greve metalúrgica, que se despertava como vanguarda das lutas.

A que se deve isso? A burocracia sindical reformista e ao PT que têm transformado o Primeiro de Maio em dia de festa. Ou seja, uma comemoração burguesa. Tal orientação é fruto da política de conciliação de classe e traição às mais elementares necessidades das massas. O eleitoralismo, os discursos demagógicos e os shows substituíram o combate pelas reivindicações.

No Primeiro de Maio, o governo anunciou o novo salário mínimo. Os trabalhadores tinham todo o interesse em sair às ruas para exigir o salário mínimo real e reajuste automático de acordo com a inflação (escala móvel de reajuste). Os desempregados também poderiam ser organizados desde os bairros operários, saindo em marcha pelo emprego.

Para isso, todos os sindicatos deveriam ser acionados antecipadamente. Realizar assembleias. Aprovar os planos de reivindicações. A CUT deveria centralizar a campanha nacional e ativar toda militância sindical e revolucionária. Sem dúvida, as

massas sairiam às ruas no Primeiro de Maio contra a política recessiva, o entreguismo desestatizante e o esmagamento das condições de vida da população.

Mas o que fez a burocracia? Conspirou nas câmaras setoriais contra os interesses operários e populares. Conspirou no parlamento a favor dos capitalistas. Conspirou no interior dos sindicatos contra a luta direta das massas. É essa política burguesa e de capachos que tem esvaziado o Primeiro de Maio, dia de luta revolucionária do proletariado internacional.

Via o Primeiro de Maio de classe e revolucionário!
Abaixo as comemorações festivas e burguesas!

PROJETO PAIM DE REAJUSTE MENSAL

O deputado Paim do PT, antes do Primeiro de Maio, conseguiu propagandear pela imprensa o seu projeto de reajuste mensal dos salários. Obteve as assinaturas necessárias dos deputados. Marcou audiência com Itamar. E tudo terminou na gaveta do deputado. Mas este conseguiu o que de fato pretendia: fazer demagogia para futuras eleições. Assim agem os reformistas. Rejeitam a luta de classes. Defendem que com a democratização do parlamento e com as alianças com a burguesia é possível melhorar a vida das massas. E acabam por melhorar apenas para si próprios.

Para os trabalhadores é uma questão premente o reajuste automático de acordo com a inflação (não da inflação passada como propunha Paim), mas este não sairá do parlamento. Será uma imposição das massas famintas nas ruas. É para isso que a CUT, sindicatos e correntes do movimento operário deveriam se voltar. Organizar a campanha nacional de luta, preparar a greve geral por tempo indeterminado e ganhar as ruas é a saída dos explorados. Chega de mentira Paim! Chega de demagogia parlamentar PT!

Bolívia: Ataque contra a abstenção:

Novamente a Cruz e a Espada buscam subjugar o povo

Nos últimos dias, tem acentuado o ataque de partidos políticos eleitoreiros, autoridades e meios de comunicação social contra a corrente abstencionista, cada dia mais vigorosa.

Assusta-lhes o perigo de uma vitória massiva da abstenção como eixo de um vigoroso combate popular contra a política global do governo e a própria burguesia que usurpa o poder. Com seu instinto de mando, a burguesia adverte que, no horizonte, se forma uma séria ameaça política.

Os eleitores e as organizações a seu serviço se movem para cercar o "povo soberano" e obrigar-lhe a votar. A Corte Eleitoral tem posto às claras a manobra pública de que os cidadãos estão obrigados a votar e de que devem evitar fazê-lo através do voto branco e nulo.

Papel da Igreja e das Forças Armadas

A Igreja, ainda que já perdeu sua influência passada, continua atuando como poder econômico e político a serviço dos donos do poder e se presta a submeter as

massas à ordem social imperante. Por sua vez, as Forças Armadas são pilares de sustentação do Estado burguês, seu instrumento coercitivo. Ambas as instituições coincidem em combater publicamente a abstenção eleitoral. Aos que cuidam da "Lei de Deus" se supõe que deveriam abster-se de colocar suas mãos na questão eleitoral e de pressionar a cidadania para que assumam determinada atitude, mas o desespero da classe dominante faz com que tenha que recorrer às Forças Armadas e à Igreja para pressionar os cidadãos.

O que acontecerá com aquele que não votar? A Igreja não tem mais recurso que excomungá-lo ou jogar sua maldição sobre as ovelhas desgarradas.

Atrás da espada, avoluma a ameaça de que a vitória massiva da abstenção possa abrir as portas da ditadura, em que os generais estão acostumados a desenvolver-se.

Os meios de comunicação, cujos donos são os candidatos, realizam uma atrevida campanha em favor do voto e igual aos demais, falam da defesa da "democracia". A verdade é que na Bolívia não existe nenhuma democracia, esta última - como diz Trotsky - é um luxo dos países ricos. O pouco desenvolvimento capitalista do país tem impedido seu florescimento. As eleições são uma farsa e o conteúdo político da abstenção radica em que as massas têm esgotado suas ilusões democráticas e consideram o carnaval eleitoral uma vulgar farsa demagógica.

(Extraído do Jornal Massas n. 1330- Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Nacional



Internacional